

## **SELEÇÃO DE ESTÁGIO 2025 – DIREITO – DPU CAMPINA GRANDE**

### **Prova Subjetiva – Espelho do Gabarito**

#### **QUESTÃO 1**

No dia 5 de abril de 2025, por volta das 3h da manhã, dois indivíduos armados invadiram uma agência da Caixa Econômica Federal localizada no município de Campina Grande/PB e subtraíram uma quantia do banco após renderem o vigilante. A Polícia Federal foi acionada e, durante a fuga, um dos suspeitos foi preso em flagrante nas imediações da agência. O segundo indivíduo foi identificado dias depois por meio de imagens de câmeras de segurança e postagens em redes sociais. Ele foi preso preventivamente, com base em decisão genérica e desprovida de fundamentação concreta, sem a realização de audiência de custódia.

Diante dessa situação hipotética, responda:

- a) Quais são as modalidades de prisão previstas no ordenamento jurídico brasileiro? (10 pontos)**
- b) Aponte e justifique a ilegalidade da prisão preventiva realizada no caso do segundo agente. Qual seria a atuação esperada da Defensoria Pública da União diante dessa prisão? (30 pontos)**
- c) Qual será a Justiça competente para o processo e julgamento dos dois indivíduos, e por quê? (10 pontos)**

#### **ESPELHO DO GABARITO – QUESTÃO 1**

- a) Quais são as modalidades de prisão previstas no ordenamento jurídico brasileiro?**

**Resposta esperada:**

O ordenamento jurídico brasileiro prevê as seguintes modalidades de prisão:

1. **Prisão em flagrante** – ocorre quando o agente é surpreendido no momento da prática do crime, logo após cometê-lo, ou é perseguido e encontrado com evidências que o liguem ao fato criminoso (art. 302 do CPP).
2. **Prisão preventiva** – medida cautelar de natureza excepcional, decretada pelo juiz nos termos dos arts. 311 a 316 do CPP, quando presentes os requisitos do art. 312 (*fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*), com fundamento na necessidade de garantia da ordem pública, ordem econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3. **Prisão temporária** – medida cautelar disciplinada pela Lei nº 7.960/1989, utilizada em investigação criminal, por prazo determinado, e aplicável somente aos crimes expressamente previstos em lei.
4. **Prisão decorrente de sentença penal condenatória para cumprimento de pena** - prisão definitiva, que tem natureza penal e decorre da condenação criminal definitiva.
5. **Prisão civil** – nos termos do art. 5º, LXVII, da CF e do art. 528 do CPC (pensão alimentícia).

**b) Aponte e justifique a ilegalidade da prisão preventiva realizada no caso do segundo agente. Qual seria a atuação esperada da Defensoria Pública da União diante dessa prisão?**

**Resposta esperada:**

A prisão preventiva do segundo agente é **ilegal** por duas razões principais:

1. **Ausência de fundamentação concreta** – A Constituição Federal (art. 93, IX) e o Código de Processo Penal (art. 315, §2º e §2º-A) exigem que toda decisão judicial seja fundamentada com base em elementos concretos dos autos. A decisão genérica e sem individualização das razões que justifiquem a prisão configura **nulidade**.
2. **Falta de realização de audiência de custódia** – Conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (ADPF 347) e do Pacto de San José da Costa Rica (art. 7.5), incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, a audiência de custódia é **obrigatória** sempre que houver prisão em flagrante ou preventiva. Sua ausência compromete a legalidade e a legitimidade da privação da liberdade.

**Atuação da DPU:** A Defensoria Pública da União deve impetrar **habeas corpus** (art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal e arts. 647 e seguintes do Código de Processo Penal) ou peticionar requerendo o **relaxamento da prisão** (art. 5º, inciso LXV, da CF/88 e art. 310, inciso I, do CPP).

**c) Qual será a Justiça competente para o processo e julgamento dos dois indivíduos, e por quê?**

**Resposta esperada:**

Justiça Federal, por ser crime praticado em detrimento de bens de empresa pública federal, a Caixa Econômica Federal.

O fundamento é o art. 109, IV, da CF: “aos juízes federais compete processar e julgar: (...) IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.”

Os crimes cometidos contra as empresas públicas federais são de competência da Justiça Federal.

Os exemplos mais comuns são: Caixa Econômica Federal, BNDES e Correios.

A utilização de documentos falsos para a liberação da cota do PIS e do FGTS na Caixa Econômica Federal - CEF indica eventual ofensa a interesses e serviços da União, sobressaindo-se a competência da Justiça Federal para o processamento do delito.

STJ. 6ª Turma. HC 200.725/SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 08/04/2014.

As sociedades de economia mista federais não estão elencadas no rol do inciso IV, de forma que os crimes praticados contra seus bens, interesses ou serviços são, em regra, de competência da Justiça Estadual. Como exemplos mais comuns, temos as infrações praticadas contra o Banco do Brasil e a Petrobrás.

## **QUESTÃO 2**

Mariana, mãe solteira e desempregada, reside com seus dois filhos, Gabriel (15 anos) e Clara (12 anos), em uma comunidade rural. A única renda da família provém do Programa Bolsa Família. Gabriel, que possui uma deficiência intelectual, precisa de uma educação inclusiva e especializada para se desenvolver plenamente.

A família tentou matricular Gabriel em um curso técnico integrado de um Instituto Federal de Educação (IF), mas o pedido foi negado sob a alegação de que o Instituto não dispõe de estrutura adequada para atender alunos com a sua necessidade específica. Para piorar, por conta de um erro no cadastro único, o benefício do Bolsa Família foi cancelado, deixando a família em uma situação de extrema vulnerabilidade.

Desesperada, Mariana procura a Defensoria Pública da União para garantir os direitos de seus filhos e a subsistência da família.

Considerando o caso hipotético, elabore uma manifestação jurídica em favor de Mariana e seus filhos, respondendo aos subitens a seguir, com fundamentação na legislação e na jurisprudência pertinentes.

**a)** Análise do Direito à Educação e Inclusão: Com base no Direito Constitucional e Administrativo, analise a ilegalidade do ato administrativo do Instituto Federal em negar a matrícula de Gabriel. Explique como a atuação da Defensoria Pública da União, por meio de uma ação judicial, pode garantir o direito à educação inclusiva e a proteção da pessoa com deficiência, mesmo diante da suposta falta de estrutura da instituição federal de ensino. (15 pontos)

**b)** Análise do Programa Bolsa Família e Risco Social: A partir da situação de extrema pobreza e da perda do benefício, discorra sobre a natureza do Programa Bolsa Família como um direito social. Que

medidas a DPU deve adotar, na esfera administrativa e judicial, para restabelecer imediatamente o benefício, demonstrando o alinhamento de sua atuação com a proteção da família e a garantia do mínimo existencial? (20 pontos)

c) **Fundamentação e alinhamento com os Princípios da Defensoria Pública:** Por fim, explique como o caso de Mariana, que demanda uma atuação coordenada para garantir o direito à educação e a assistência social, exemplifica o papel da DPU como instrumento de concretização dos direitos humanos e fundamentais, com foco na proteção da família e da criança e do adolescente. (15 pontos)

## **ESPELHO DO GABARITO – QUESTÃO 2**

### **a) Análise do Direito à Educação e Inclusão**

Classificar o ato do Instituto Federal como **ilegal e inconstitucional**. A argumentação deve se basear nos seguintes pontos:

- **Fundamentação Constitucional:** A resposta deve citar o **Art. 205 da Constituição Federal**, que estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado, e o **Art. 208, III, da CF**, que garante o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- **Fundamentação Legal:** O candidato deve fazer referência à **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015)**, que veda qualquer forma de discriminação e garante o acesso de pessoas com deficiência a todos os níveis de ensino, em igualdade de condições. A alegação de "falta de estrutura" por parte do Instituto Federal não é justificativa válida, pois a lei impõe ao poder público o dever de prover e adaptar a estrutura necessária.
- **Medida Judicial:** A medida processual adequada seria uma **ação de obrigação de fazer**, a ser ajuizada na **Justiça Federal** contra a União. Nela, a DPU pleitearia que a instituição federal seja obrigada a realizar a matrícula de Gabriel e a fornecer os recursos necessários para sua inclusão. É crucial a solicitação de uma **tutela de urgência (liminar)**, demonstrando que a espera pelo julgamento final do processo causaria um dano irreparável ao direito de Gabriel à educação.

### **b) Análise do Programa Bolsa Família e Risco Social**

Este item exige que o candidato demonstre conhecimento sobre a natureza do Programa Bolsa Família e o procedimento de contestação de atos administrativos.

- **Natureza do Benefício:** O candidato deve classificar o Programa Bolsa Família como um **direito social** (Art. 6º da CF) e um instrumento de **assistência social**, voltado a combater a pobreza e garantir a segurança alimentar. Sua suspensão, por um erro administrativo, atinge diretamente o **mínimo existencial** da família de Mariana.

- **Análise Administrativa:** A resposta deve argumentar que a suspensão do benefício sem prévia notificação e sem a concessão de um prazo para que Mariana corrigisse o erro no cadastro viola o **princípio do devido processo legal administrativo** (contraditório e ampla defesa). A DPU, portanto, deve atuar na esfera administrativa para reverter a decisão.
- **Atuação da DPU:** O candidato deve descrever a dupla atuação da DPU:
  - **Na esfera administrativa:** A DPU deve peticionar junto ao órgão gestor do programa (Cadúnico do Município ou Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) para que o benefício seja **reativado**.
  - **Na esfera judicial:** Caso a via administrativa seja infrutífera, a DPU deve ajuizar uma ação na **Justiça Federal** contra a União, buscando a **restituição do benefício**, com pedido de **tutela de urgência**, dada a situação de risco social da família.

### c) Fundamentação e alinhamento com os Princípios da Defensoria Pública

Neste item, o candidato deve sintetizar a atuação jurídica nos dois subitens anteriores, relacionando-os com o papel e os princípios da DPU.

- **Amplitude da Atuação:** A resposta deve destacar que o caso de Mariana exige uma **atuação jurídica ampla e coordenada**. A negativa de educação para Gabriel e a suspensão do Bolsa Família são problemas interligados que agravam a vulnerabilidade da família. A DPU, ao atuar em ambas as frentes (educação e assistência social), demonstra sua capacidade de tutelar a pessoa em sua totalidade, não se limitando a um único problema.
- **Principais Princípios:** A resposta deve vincular a atuação da DPU aos seguintes princípios e funções:
  - **Tutela dos Direitos Humanos:** A defesa dos direitos de Gabriel (educação inclusiva) e de Mariana (assistência social) constitui a concretização dos direitos humanos e sociais, que são a base da atuação da DPU.
  - **Acesso à Justiça:** A DPU se posiciona como a única porta de entrada para a Justiça para famílias como a de Mariana, garantindo que a hipossuficiência não seja um obstáculo para a defesa de direitos essenciais.
  - **Proteção da Família, da Criança e do Adolescente:** O caso é o exemplo perfeito do cumprimento desta função institucional, conforme previsto na **Lei Complementar nº 80/94**.